



“Sem salas de aulas, sem professores”: a governamentalidade neoliberal e a precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro (2010- 2020)

*Priscila Céspedes Cupello**

Resumo: Este artigo apresenta um diagnóstico crítico da expansão universitária ocorrida no Brasil, entre os anos de 2010 e 2020, destacando a forte atuação de grupos empresariais privados. A partir de um corpus de fontes heterogêneas – tais como dados quantitativos do censo da educação superior divulgados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), análise de discursos jornalísticos, fontes jurídicas etc. – mostramos que essa expansão foi financiada por meio do investimento público que levou sobretudo à expansão do ensino plataformizado à distância (EAD) que, por sua vez, gerou redução de postos formais de emprego, a heteromação do trabalho e sua consequente precarização (Casilli, 2019). Adotamos a perspectiva de análise foucaultiana, realizando uma ontologia crítica do presente a fim de refletir sobre novas formas de resistências às políticas educacionais vigentes, que incluam a valorização dos profissionais de educação, geração de empregos formais assegurados direitos trabalhistas e a melhoria da qualidade do ensino superior no Brasil.

Palavras-chave: Ética; Política; Educação; Ensino Superior e Michel Foucault.

“No classrooms, no teachers”: neoliberal governmentality and the precarization of teaching work in brazilian higher education (2010- 2020)

Abstract: This article presents a critical diagnosis of university expansion in Brazil, between the years 2010 and 2020, highlighting a strong performance of private

* Doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora de pós-doutorado com Bolsa FAPERJ Nota 10. Processo SEI E-26/204.479/2021. E-mail: cupello.priscila@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4344464326351632>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2957-5428>.

groups. From a corpus of heterogeneous sources - such as studies of sources of studies and legal research from the higher education census released by INEP (Anísio Teixeira’s National Institute of Educational Studies), analysis of journalistic discourses, legal sources, etc. – we show that this expansion was financed through a public investment, which revealed above all things the expansion of a distance education platform (EAD) which, in turn, generated a reduction in formal job positions, the heteromation of work and its consequent precariousness (Casilli, 2019). We adopted a Foucauldian perspective, carrying out an analysis of the philosophy of the present, intending to reflect new forms of resistance to current educational politics, which criticize the valorization of education professionals, creating formal jobs and ensuring labor rights and improving the quality of higher education in Brazil.

Keywords: Ethics; Politics; Education; Higher Education and Michel Foucault.

“Sans salles de classe, sans enseignants”: la gouvernamentalité néolibérale et la précarité du travail enseignant dans l'enseignement supérieur brésilien (2010- 2020)

Résumé: Cet article présente un diagnostic critique de l'expansion universitaire qui a eu lieu au Brésil, entre 2010 et 2020, en soulignant la forte performance des groupes d'entreprises privées. À partir d'un corpus de sources hétérogènes - telles que les données quantitatives du recensement de l'enseignement supérieur publiées par l'INEP (Institut national d'études et de recherches pédagogiques Anísio Teixeira), l'analyse des discours journalistiques, les sources juridiques, etc. – nous montrons que cette expansion a été financée par l'investissement public, ce qui a surtout conduit à l'expansion de l'enseignement à distance sur plateforme (EAD) qui, à son tour, a généré une réduction des emplois formels, l'hétéromisation du travail et sa précarité consécutive (Casilli, 2019). Nous adoptons la perspective de l'analyse foucauldienne, effectuant une ontologie critique du présent afin de réfléchir sur les nouvelles formes de résistance aux politiques éducatives actuelles, qui incluent la valorisation des professionnels de l'éducation, la création d'emplois formels, la garantie des droits du travail et l'amélioration de la la qualité de l'éducation est plus élevée au Brésil.

Mots-clés: Ethique; Politique; Education; Enseignement Supérieur Et Michel Foucault.

Introdução

Neste artigo almejamos criar uma narrativa crítica acerca da expansão universitária ocorrida no Brasil, entre 2010 e 2020, a fim de refletir sobre novas formas de resistências às políticas públicas educacionais vigentes.¹ Para tanto, selecionamos um *corpus documental* heterogêneo para constituir nossa “formação discursiva”², como dados quantitativos divulgados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), conjuntamente com discursos jornalísticos e fontes jurídicas, tais como: leis, Regulamentos e Portarias. Alinhamo-nos filosoficamente com a perspectiva do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) destacando que “a filosofia tem por marca diagnosticar e não procura mais dizer uma verdade que possa valer para todos e por todas as épocas” (Foucault, 1994, p. 634) e que o papel do intelectual é “precisamente o de mostrar perpetuamente como o que parece evidente em nossa vida cotidiana é de fato arbitrário e frágil, e que podemos sempre nos revoltar” (Foucault, 2019, p. 88). Logo, o diagnóstico foucaultiano não é uma interpretação ou uma revelação, nem mesmo um descobrimento, mas uma criação, uma invenção. Segundo Deleuze, “o método de Foucault

¹ Este artigo é fruto da pesquisa de pós-doutorado em Filosofia do PPGLM/UFRJ com apoio da FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI E-26/204.479/2021, sob orientação do Prof. Dr. Daniel Nascimento (PPGLM/UFRJ). Este trabalho também reflete as discussões desenvolvidas no Grupo de Direito do Trabalho no Século XXI (TRAB21) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob coordenação do Prof. Dr. Rodrigo Carelli e da Profa. Dra. Sayonara Grillo.

² No livro *A Arqueologia do saber*, Foucault afirma que uma “formação discursiva” é constituída por elementos heterogêneos, “alguns constituem regras de construção formal; outros, hábitos retóricos; alguns definem a configuração interna de um texto; outros, os modos de relações e de interferência entre textos diferentes”, mas o que faz eles ganharem uma certa unidade é como esses diferentes elementos se relacionam entre si (Foucault, 1972, pp. 65 - p. 74). Um exemplo desta prática nas pesquisas de Foucault é quando ele analisa a instituição escolar e a relaciona com a prisão e hospício, por meio do dispositivo panóptico e outros elementos.

sempre se contrapôs aos métodos de interpretação. Jamais interprete, experimente” (1992, p. 109).

Para analisar o tema da educação em contextos neoliberais, faremos algumas aproximações entre o pensamento de Michel Foucault e Pierre Bourdieu (1930-2002) concordando com o posicionamento de Christian Laval, cuja afirmação elucida que “longe de se contradizerem, as análises foucaultianas, bourdieusianas e marxistas podiam se combinar no seio de uma nova cultura crítica, sem, para tanto, se confundirem em uma síntese imprecisa” (2020, p. 31).³ Michel Foucault no curso *O Nascimento da Biopolítica* (1978-1979) ministrado no *Collège de France* destacou que o neoliberalismo⁴ nasceu de uma crise de governamentalidade⁵, sendo uma reação ao keynesianismo institucionalizado. Este novo governo não buscava mais corrigir as injustiças provocadas pelo capitalismo, diminuir o desemprego e/ou gestar políticas públicas de bem-estar para a população, o

³ “Nesse começo de século XXI, uma geração de jovens filósofos, analistas políticos, sociólogos e economistas se radicalizou de maneira nova. Eles se formaram de modo “aberto” e simplesmente aboliram os compartimentos fechados das correntes de pensamento: relendo Marx, mesclando, sem exclusão, as ciências sociais e a filosofia, alimentaram uma cultura crítica, ao mesmo tempo que se alimentaram dela, não se contentando com a exegese dos textos, mas articulando investigação, teorização e, com frequência, ação (Laval, 2020, p. 28).

⁴ “A lógica neoliberal se desenvolveu na Europa e nos Estados Unidos, no fim dos anos 1970 e 1980, vestindo o traje da democracia contra o comunismo de Estado. A construção da União Europeia, por outro lado, foi fortemente marcada pela influência do ordoliberalismo alemão, que se apresentava historicamente como doutrina antinazista. De fato, os combates pelo “mercado livre” e pela “democracia” pareceram ser um só, o que a propaganda estadunidense e, mais amplamente, a ocidental martelou durante anos. Hoje, sabemos melhor de qual violência o neoliberalismo é portador, em todas as suas versões, inclusive naquelas mais *soft*” (Laval, 2020, p. 285).

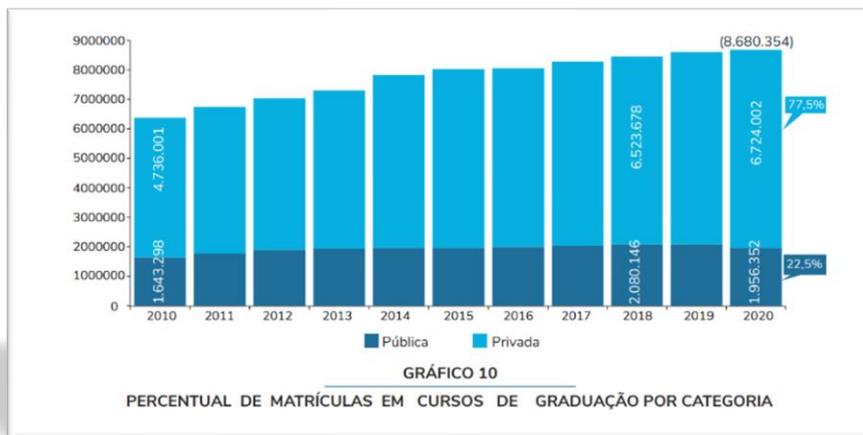
⁵ “Por ‘governamentalidade’ entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Segundo, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e desde muito tempo, à preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina, e que, por uma parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, de outra parte], ao desenvolvimento de toda uma série de saberes” (Foucault, 2004a, pp. 111-112).

seu objetivo estava atrelado a propiciar as bases para o crescimento econômico do país. Acerca deste mesmo contexto, o sociólogo Pierre Bourdieu salientou que o Estado se retirou, “ou está se retirando, de um certo número de setores da vida social que eram sua incumbência e pelos quais era responsável: a habitação pública, a televisão e a rádio públicas, a escola pública, os hospitais públicos etc” (1998, p. 7).

Nesse cenário, cabe destacar que, apesar do Estado ter sido constantemente “atacado e crescentemente desmontado por meio de imagens de seu caráter burocrático, paralisante, pesado” é ele que tem sempre assumido os maiores riscos dos novos empreendimentos (Mazzucato, 2014, p. 23). No Brasil o projeto de expansão do ensino superior realizado pelas universidades privadas somente foi possível por meio de recursos públicos, como destacou a “Carta de Florianópolis” elaborada pelo Congresso Brasileiro de Educação Superior Particular (CBESP, 2022), cujas reivindicações incluíam a necessidade de ampliar os financiamentos estudantis, oferecendo mais linhas de crédito para estudantes. Foi justamente o que ocorreu quando o Estado intensificou o financiamento de bolsas de estudos em universidades privadas, arcando com todos os ônus do inadimplemento. Analisando as *notas estatísticas do censo da educação superior* publicado pelo INEP notamos a forte presença das Instituições privadas atuando no Ensino Superior brasileiro. Em 2020, “a rede privada ofertou 95,6% do total de vagas em cursos de graduação com ingresso de 86%”⁶ dos alunos (INEP, 2022, p. 18), por isso torna-se tão importante realizar uma análise crítica da expansão universitária realizada pelos grandes grupos educacionais privados no Brasil. O gráfico abaixo ilustra essa expansão:

⁶ Utilizaremos neste trabalho os termos “rede privada” e “rede pública”, somente para distinguir o ensino ofertado pela iniciativa privada, no qual os alunos pagam mensalidades ou são bolsistas do ensino ofertado pela iniciativa pública, que é acessível de forma gratuita para todos aqueles que foram aprovados na prova de seleção do vestibular. Essas nomenclaturas são as mesmas utilizadas nos relatórios do INEP.

“Sem salas de aulas, sem professores”: a governamentalidade neoliberal e a precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro (2010- 2020)



Fonte: INEP, 2022, p. 20

A expansão educacional adotada no Brasil ocorreu por meio de grandes conglomerados privados educacionais, que criaram diferentes tipos de nomes fantasias, a fim de atender aos mais diferenciados públicos atuando não só no Brasil, mas também em vários outros países com capital aberto na Bolsa de Valores Mobiliários. Atualmente, destacam-se quatro grandes grupos educacionais, são eles: *Cogna* (COGN3) avaliada no mercado em R\$ 10,8 bilhões; *Yduqs* (YDUQ3) – avaliada no mercado em R\$ 9,1 bilhões; *Ser Educacional* (SEER3) avaliada no mercado em R\$ 1,65 Bilhões e *Ânima Educação* (ANIM3), de R\$ 762,78 milhões (Vasconcelos, Terra, 2020). Só o grupo *Cogna* conta mais de 2,4 milhões de estudantes espalhados por todo o Brasil da Educação Básica ao Ensino Superior, sendo 1 milhão de alunos atendidos diretamente e 1,4 milhão de estudantes por meio das escolas e instituições de ensino parceiras. Já o grupo intitulado *Yduqs* possui mais 20 marcas de ensino entre elas a Estácio e Ibmecc⁷ e que

⁷ Estácio, UniToledo, Ibmecc, Damásio Educacional, Clio Damásio, SJT, Facid, UniFanor, UniFBV, UniRuy, Faculdade Martha Falcão, UniFavip, UniMetrocamp, Facimp, Faci, FAP, FSP, FAPAN, UNIMETA e UNIJIPA (Consultado em: <https://yduqs.gupy.io/>)

conta com 700 mil alunos, segundo o site da instituição. No LinkedIn a empresa afirma ter 1,1 milhão de alunos.⁸

Todavia, a escolha política em realizar a expansão universitária no Brasil por meio da financeirização do ensino superior privado teve como uma de suas consequências a transformação da educação em um grande modelo de negócio que chamou a atenção dos grandes *players* educacionais e o seu projeto educacional gerou redução de postos formais de emprego, a heteromação do trabalho e sua consequente precarização (Casilli, 2019). No próximo tópico, veremos qual é exatamente o projeto educacional em curso no Brasil e porque ele gerou essas consequências.

O EAD como o grande modelo de negócio

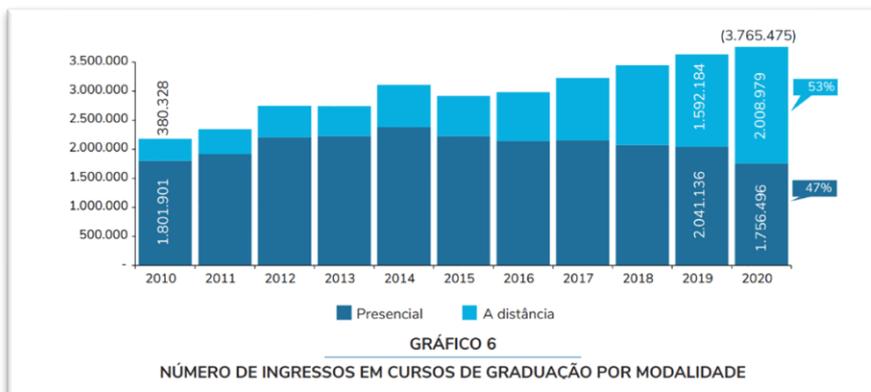
De acordo com o INEP (2020, p. 2), o Brasil tem como meta para o campo da educação aumentar de 21,3% para 44,5%, o número de alunos entre 18 a 29 anos no Ensino Superior, com a finalidade de alcançar a média de da *Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)*. Portanto, há uma margem de crescimento esperada para os próximos anos que é estimada que ocorra por meio da modalidade de Ensino a Distância (EAD)⁹ e realizada pela rede privada de ensino. Nota-se que o EAD expandiu mais o número de alunos nos últimos anos,

⁸ Em 2019, a Yduqs comprou o grupo educacional Adtalem Brasil dono da Ibmec, Wyden e Damasio Educacional por 1,9 bilhões. É importante destacar essa compra pois a um dos fundadores da Ibmec é o atual ministro da economia Paulo Guedes, que em 2015 vendeu a instituição por 700 milhões para o grupo educacional Adtalem Brasil (REVISTA EXAME, 2019).

⁹ Chamamos de EAD para o ensino assíncrono que ocorre por meio de uma plataforma de ensino, contendo somente apostilas e videoaulas gravadas e sem a presença da interação professor com aluno de modo síncrono.

“Sem salas de aulas, sem professores”: a governamentalidade neoliberal e a precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro (2010- 2020)

concomitantemente com a retração do ensino presencial, conforme mostra o gráfico abaixo:



Fonte: INEP, 2022, p. 17

Em 2020, foi a primeira vez que tivemos mais alunos ingressos na modalidade EAD do que na presencial. De acordo com o INEP, “o aumento do número de ingressantes entre 2019 e 2020 é ocasionado, exclusivamente, pela modalidade a distância, que teve uma variação positiva de 26,2% entre esses anos, já que nos cursos presenciais houve um decréscimo de -13,9%” (2022, p. 17). A crescente adoção da modalidade educativa a distância é um movimento que se alinha ao formato das grandes empresas multinacionais e adentra a vida cotidiana da população por meio de novos produtos tecnológicos. Este fenômeno agrega o uso de *Inteligência Artificial na Educação* (IAE) no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Alguns exemplos de aplicação de IAE são a “aprendizagem adaptativa, tutores inteligentes, ferramentas de diagnósticos, sistemas de recomendação, classificação de estilos de aprendizagem, mundos virtuais, gamificação e mineração de dados aplicada à educação” (Tavares; Meira; Amaral, 2020, p. 48.701).

Em 2018, Elizabeth Guedes, a vice-presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) e irmã do atual ministro

da economia Paulo Guedes, em entrevista publicada em site da ANUP mostrava-se preocupada com a “regulamentação do ensino superior”, pois o projeto de Lei n. 5.414/16 visava proibir que os cursos de saúde fossem ofertados na modalidade EAD. O campo legislativo é um lugar bastante disputado pelos empresários da educação, já que as leis são instrumentos pelos quais tornam-se possíveis estabelecer lutas e traçar estratégias. Os grandes conglomerados educacionais privados organizam-se e relacionam-se com o Estado por meio de associações, disputando no campo legislativo pela elaboração de leis que atendam aos seus interesses.¹⁰ O debate legislativo assim instaurado é de suma importância para o entendimento dos interesses dos principais grupos que disputam a elaboração das políticas educacionais no Brasil. Deleuze chama atenção, que para Foucault, a lei não é “nem um estado de paz nem o resultado de uma guerra ganha: ela é a própria guerra e a estratégia dessa guerra em ato, exatamente como o poder não é uma propriedade adquirida pela classe dominante, mas um exercício atual de sua estratégia” (Deleuze, 1988, p. 40).

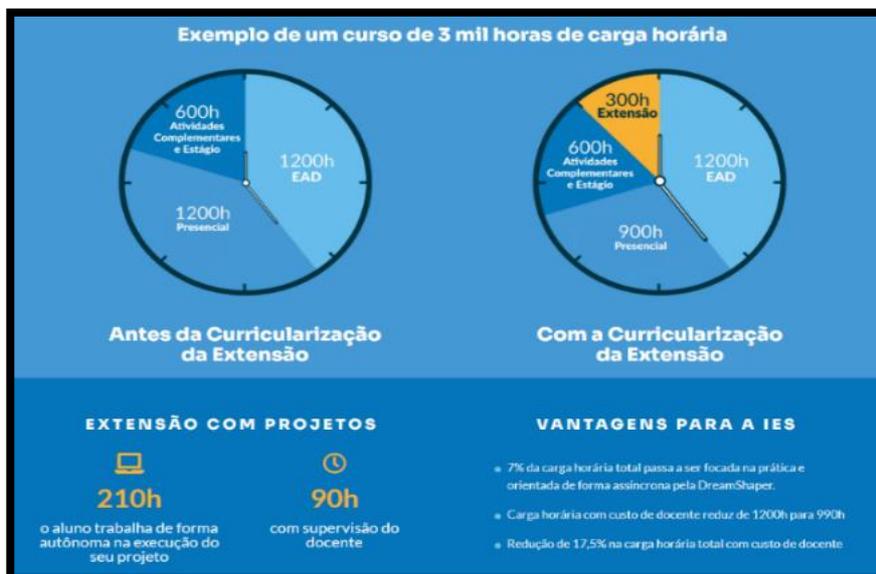
De acordo com Foucault, “abordar o estudo do poder em termo de estratégia e de tática, e não em termos jurídicos, implica analisar o poder como uma tecnologia” (Foucault, 1994, p. 229). No Governo Bolsonaro os empresários da educação puderam contar com o apoio do ex-ministro da educação Milton Ribeiro que defendeu mudanças na legislação atual para facilitar a “regulamentação” e “credenciamento” de novos cursos de graduação e pós-graduação, de acordo com a notícia publicada no *Jornal O Globo* (27/05/202).

A modalidade de ensino EAD tem sido o grande carro chefe da expansão universitária no Brasil, justamente, por ser a modalidade com os maiores retornos financeiros devido ao seu baixo custo de implementação. Nos últimos anos verificamos a explosão de disciplinas ofertadas no modelo

¹⁰Destaca-se neste contexto a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); Associação Brasileira das Faculdades (Abrafi), Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu), Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (Semesp), Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) e outras.

“Sem salas de aulas, sem professores”: a governamentalidade neoliberal e a precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro (2010- 2020)

EAD assíncrono, seja em cursos totalmente EAD ou híbridos. A Portaria 2.117/2019 autorizou que as instituições de ensino superior (IES) pudessem ampliar de 20% para até 40% a carga horária dos cursos presenciais para a modalidade EAD assíncrono. Outra medida muito importante que possibilitou a diminuição da carga horária presencial foi a curricularização das atividades de extensão com Resolução nº 7, de 18/12/2018 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). As instituições de ensino superior precisam contemplar no mínimo 10% da carga horária dos cursos em Atividades Extensionistas. Com base nesta Resolução a empresa *DreamShaper*¹¹ ilustra como as Instituições de Ensino Superior podem economizar 17,5% com o “custo docente”, diminuindo a carga horária do curso presencial de 1200 para 900 horas.



Fonte: Elaboração da empresa DreamShaper (15/05/2022).

¹¹ De acordo com o site da empresa “A DreamShaper é uma EdTech especializada em Aprendizagem Baseada em Projeto que apoia Instituições de Ensino em mais de 20 países na implementação de metodologias ativas, por meio da sistematização do trabalho com projetos de forma inovadora, escalável e eficiente (DreamShaper, 2022)

A ampliação da carga horária nos cursos presenciais para a modalidade EAD foi uma grande conquista legislativa dos players educacionais, justamente porque esta é a modalidade de ensino com o melhor custo benefício, uma vez que os custos materiais e de mão de obra são reduzidos quando comparados ao curso presencial. No próximo tópico analisaremos melhor o papel dos docentes neste novo modelo educacional.

“Sem salas de aulas, sem professores”: a heteromação e a precarização do trabalho docente

Em 29 de Julho de 2021, a *Revista Forbes* publicou a reportagem intitulada “Sem sala de aula, sem professores: como o ex-herdeiro da Universidade Estácio de Sá quer revolucionar a educação corporativa”, cujo subtítulo é “Richard Vasconcelos é CEO da Leo Learning, startup que fatura R\$ 30 milhões com cursos sem professores e sem sala de aula”. Esta reportagem é bastante ilustrativa do novo modelo educacional que está em curso no Brasil. Trata-se de uma educação que ou bem exclui do sistema educacional o professor ou, quando ele aparece, é na figura de “Professor-Tutor EAD” – um posto de trabalho heteromizado. Entendemos por heteromação, seguindo a definição de Casilli (2019), o trabalho que se caracteriza pela precarização e diminuição de postos de empregos formais com carteira assinada e direitos trabalhistas plenamente assegurados, como o caso do “Professor-Tutor EAD”, que além de ter uma remuneração menor, está limitado a correção de avaliações e a responder as dúvidas em fóruns que são acessados por meio do AVA, no qual se encontra todo um conjunto de aulas gravadas e apostilas para uma determinada disciplina, ou seja, não possui plena liberdade de cátedra para montar suas aulas.

A expansão do ensino a distância platformizado que está em curso no Brasil é realizada por meio de disciplinas montadas que são compradas de empresas especializadas, chamadas de “soluções educacionais integradas”, cujo objetivo é a produção de apostilas e vídeos-aulas que alimentam inúmeras universidades. Como é o caso do *Grupo A educação*,

que se especializa na comercialização de vídeos-aulas, apostilas, audiobooks, *jogos* educacionais, laboratórios virtuais de realidade aumentada, disciplinas completamente montadas etc (ALGETEC, 2022). Podemos supor por hipótese, a partir do paradigma da heteromação, como houve o surgimento de inúmeras empresas com o modelo de negócio focado em “soluções educacionais integradas”, por consequência houve também o aumento de contratação de professores para atuarem nessas empresas. No entanto, não temos dados precisos para estimar este aumento, já que as contratações ocorreram por meio de contrato temporário de trabalho, em sua grande parte sem vínculo de emprego formal. Essa flexibilização na forma de contratação e falta de regulamentação da remuneração devida ao docente pelo trabalho realizado já é um indicativo da sua precarização. Outra hipótese que podemos supor é que uma vez produzido o material necessário para o funcionamento dessas empresas diminui-se a necessidade de abertura de novas vagas de trabalho, já que esse modelo de negócio não gera empregos estáveis.

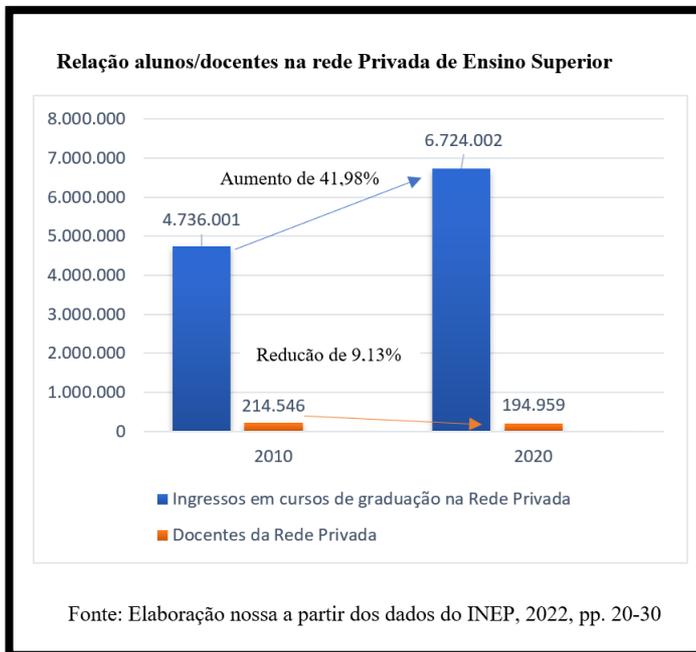
No artigo intitulado *Social media platforms and education*, José van Dijck e Thomas Poell destacam que a arquitetura automatizada de plataforma da educação produzem novas relações, que afetam o comportamento tanto de alunos como de professores, provocando mudanças nas práticas de ensino-aprendizagem. Eles destacam que a massificação da educação, a partir da massificação da padronização do conteúdo e da venda de disciplinas montadas no projeto de dataficação¹² da educação tornou possível a aglomeração cada vez maior de alunos em plataformas educacionais para um número cada vez mais reduzido de docentes (Van Dijck; Poell, 2018, p. 8).

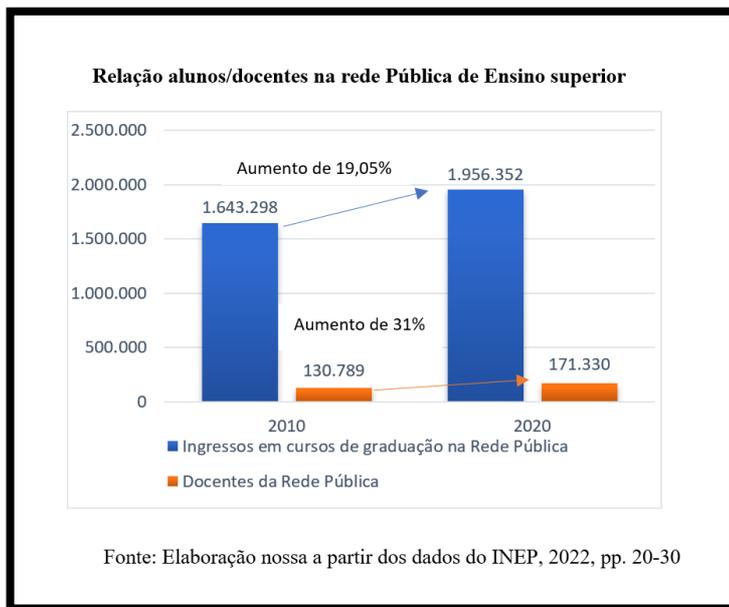
O sociólogo Christian Laval no livro *A escola não é uma empresa* destaca os problemas decorrentes venda de produtos educacionais, dos sistemas apostilados, da uniformização das formas e dos conteúdos dos estudos. Segundo o autor, esta educação que acontece na ausência da

¹² De acordo com André Lemos, “a dataficação possibilita a conversão de toda e qualquer ação em dados digitais rastreáveis, produzindo diagnósticos e inferências nos mais diversos domínios” (2021, p. 194).

interação professor e aluno e com foco no mercado de trabalho provoca a perda do espaço escolar como formador de subjetividades críticas (2019, p. 117). O novo modelo educacional datafocado e plataformizado produz uma educação apostilada e um formato padronizado que é expandido em escala nacional e internacional e por isso também é mais lucrativo.

Portanto, o diagnóstico crítico apresentado neste trabalho destaca as diferentes formas adotadas pelos empresários da educação para diminuir os seus custos, dentre eles o chamado “custo docente”. Analisando os dados do *Censo da educação superior* divulgados pelo INEP em 2022 pudemos diagnosticar que a expansão universitária promovida pelos grandes *players* educacionais ocorreu concomitantemente com a diminuição dos postos formais de emprego para professores no ensino superior privado brasileiro quando comparado ao ensino público. Conforme gráficos abaixo:





De acordo com os dados do INEP (2022), houve um aumento de 41,98% no número ingressos em cursos de graduação da rede privada concomitantemente com a redução de 9,13% empregos formais docentes. Já a relação aluno por professor na rede privada que era de 22,07 em 2010 foi para 34,49 em 2020. Logo, um aumento de 56,24% na quantidade de alunos por professor. É importante destacar que no ensino superior público, mesmo com menor número de alunos ingressos possui maior expansão proporcional do número de professores universitários quando comparado à rede privada de ensino.

Entre 2010 e 2020, houve um aumento de 19,05% no número de alunos nas universidades públicas e um aumento de 31% no número de professores Além disso, a relação aluno por professor na rede pública é menor que na particular. Sendo 12,56 em 2010 e indo para 11,42 em 2020. Podemos concluir que a razão aluno por professor da rede privada em 2020 é 3,02 vezes maior do que a rede pública. Se aplicarmos, para os anos de

2010 e 2020, a razão aluno por professor da rede pública para estimar a quantidade de vagas potencialmente não geradas para professores da rede privada encontramos os números de 162.524 e 393.833. Ou seja, em 2020, os números estimados seriam mais do que o dobro das vagas existente atualmente na rede privada no ensino superior.¹³

Em 2017, o relatório desenvolvido pela OCDE já destacava que a relação aluno por professor no Brasil era uma das maiores do mundo, sendo 2,5 mais vezes do que a média dos países ricos (16 alunos por professor). O relatório também salientou que a baixa proporção de aluno por professor nas Instituições públicas comparado com a média da OCDE somente para Instituições públicas, que é de 15. No entanto, esse número pode ser explicado pelo fato de que as universidades públicas serem responsáveis por uma parte significativa das pesquisas realizadas no Brasil, portanto, exigindo mais de seus docentes (Education at a Glance, 2019).

No ensino superior privado os docentes em atuação têm como perfil profissional serem homens com título de mestrado, trabalhando em tempo parcial, enquanto na rede pública também predomina a maioria de homens, mas com título de doutorado e trabalhando em tempo integral. Podemos perceber que tanto na rede pública e privada há a predominância dos trabalhadores do sexo masculino atuando como professor. Conforme podemos ver abaixo:

Atributos do Vínculo Docente	Categoria Administrativa	
	Pública	Privada
Sexo	Masculino	Masculino
Idade	39	40
Escolaridade	Doutorado	Mestrado
Regime de Trabalho	Tempo Integral	Tempo Parcial

Fonte: INEP, 2022, p. 13

¹³ O cálculo das porcentagens e estatísticas foram realizadas por Priscilla Soares - Contadora (CRC RJ-134338) e estudante da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

“Sem salas de aulas, sem professores”: a governamentalidade neoliberal e a precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro (2010- 2020)

Um dado interessante é que a maioria dos discentes, tanto na modalidade presencial quanto EAD são de mulheres, mas isto não se desdobra em maior quantidade de mulheres ocupando postos de trabalhos formais e com melhores remuneração, ratificando a tese de que não basta somente ter maior escolarização para a obtenção de melhores empregos. Conforme podemos notar:

"PERFIL" DO VINCULO DISCENTE DE GRADUAÇÃO POR MODALIDADE DE ENSINO (PRESENCIAL E A DISTÂNCIA) – 2020

Atributos do Vínculo Discente de Graduação	Modalidade de Ensino	
	Presencial	A Distância
Sexo	Feminino	Feminino
Categoria Administrativa	Privada	Privada
Grau Acadêmico	Bacharelado	Licenciatura
Turno	Noturno	n.a.
Idade (ingressante)	19	21
Idade (matrícula)	21	26
Idade (concluente)	23	31

Fonte: INEP, 2022, p. 14

Podemos supor por hipótese, que por já estarem historicamente excluídos do mercado formal de trabalho, mulheres, negros e indígenas são os grupos mais propensos a atuarem em postos de trabalhos mais precarização, acirrando ainda mais as desigualdades sociais.

No artigo publicado em 2 de Junho de 2022 na revista *Nature* intitulado *Has the ‘great resignation’ hit academia?*¹⁴ Nota-se que a precarização do trabalho universitário também tem atingido os países desenvolvidos, como Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e outros. A falta de estabilidade, bolsas de pesquisas, valorização profissional e baixos salários estão levando muitos pesquisadores a aumentarem o número da hashtag *#leavingacademia* ao anunciarem suas demissões do ensino superior. Já aqueles que se mantém empregados sofrem com a precarização

¹⁴ Traduzido por “A ‘grande demissão’ atingiu o meio acadêmico?”

do trabalho. De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu, o trabalhador empregado vive constantemente com o medo de perder o seu emprego formal e por isso vai aceitando trabalhar cada vez mais horários, acumulando diversas funções e com remunerações cada vez menores.¹⁵ De acordo com Bourdieu:

A precariedade torna possíveis novas estratégias de dominação e exploração, fundadas na chantagem da dispensa, que se exerce hoje sobre toda a hierarquia, nas empresas privadas e mesmo públicas, e que impõe sobre o conjunto do mundo do trabalho, e especialmente nas empresas de produção cultural, uma censura esmagadora, impedindo a mobilização e a reivindicação. A degradação generalizada das condições de trabalho se torna possível ou até mesmo favorecida pelo desemprego, e é porque sabem confusamente disso que tantos franceses se sentem e se dizem solidários a uma luta como a dos desempregados. É por isso que se pode dizer, sem jogar com as palavras, que a mobilização daqueles cuja existência constitui certamente o fator principal da desmobilização é o mais extraordinário estímulo à mobilização, à ruptura com o fatalismo político (Bourdieu, 1998. p. 78)

Christian Laval destaca que “Bourdieu foi um dos sociólogos mais conscientes de que, com o neoliberalismo, estavam em jogo o destino da ação coletiva e a capacidade política de uma sociedade manter o controle sobre seu futuro” (Laval, 2020, p. 155). No sistema neoliberal, os

¹⁵ “Quando o desemprego, como hoje em muitos países europeus, atinge taxas muito elevadas e a precariedade afeta uma parte muito importante da população, operários, empregados no comércio e na indústria, mas também jornalistas, professores, estudantes, o trabalho se torna uma coisa rara, desejável a qualquer preço, submetendo os trabalhadores aos empregadores e estes, como se pode ver todos os dias, usam e abusam do poder que assim lhes é dado. A concorrência pelo trabalho é acompanhada de uma concorrência no trabalho, que é ainda uma forma de concorrência pelo trabalho, que é preciso conservar, custe o que custar, contra a chantagem da demissão. Essa concorrência, às vezes tão selvagem quanto a praticada pelas empresas, está na raiz de uma verdadeira luta de todos contra todos, destruidora de todos os valores de solidariedade e de humanidade, e, às vezes, de uma violência sem rodeios” (Bourdieu, 1998, pp. 73-74).

trabalhadores são submetidos à salários irrisórios e à baixa valorização profissional e podem ser descartados a qualquer momento. Bourdieu destaca que “um dos fundamentos da ordem econômica e social é o desemprego em massa e a ameaça que ele faz pesar sobre todos os que ainda dispõem de um trabalho” (1998, p. 77). De acordo com o autor:

A existência de um importante exército de reserva, que não se acha mais apenas, devido à superprodução de diplomas, nos níveis mais baixos de competência e de qualificação técnica, contribui para dar a cada trabalhador a impressão de que ele não é insubstituível e que o seu trabalho, seu emprego, é de certa forma um privilégio, e um privilégio frágil e ameaçado (é aliás o que lembram a ele, ao primeiro deslize, seus empregadores, e, à primeira greve, os jornalistas e comentaristas de todo gênero) (1998, p. 73)

As vidas são precárias e descartáveis no mundo capitalista e isso provoca um profundo sofrimento psíquico, principalmente, para aqueles que estão excluídos do mundo do trabalho. Bourdieu salienta que “todos os estudos científicos mostraram efetivamente que o desemprego destrói aqueles que atinge, suprime suas defesas e suas disposições subversivas” (1998, p. 77). Na sociedade capitalista ter um emprego é sinônimo de prestígio e diferenciação social e o sujeito precarizado faz de tudo que está ao seu alcance para conseguir um emprego ou se manter nele.

A política “mesológica” e o governo para o mercado

Segundo Christian Laval, a biopolítica neoliberal não tem por objetivo a intervenção na economia para a geração de emprego, qualidade de vida e justiça social, mas tem como meta manter a “estabilidade dos preços, o equilíbrio da balança de pagamentos, o equilíbrio orçamentário

etc” (2020, p. 113).¹⁶ De acordo com Foucault, “no comando, não estão mais os princípios de solidariedade e de redistribuição, menos ainda os de igualdade, mas a concorrência. Exclusão de igualdade de oportunidades serão suas palavras de ordem” (Foucault, 2004, p. 207). Logo, a sociedade civil é transformada num grande mercado de trocas, em que é preciso que haja sempre uma mão de obra barata disponível para que possa ser usada de acordo com as novas demandas criadas pelo mercado concorrencial.

Trata-se de uma política social, mas feita *para* e não *contra* o mercado, isto é, ordenada para seu bom funcionamento e com o intuito de regular esse excedente de mão de obra com o pagamento de uma renda de sobrevivência a fim de mantê-la na reserva, em caso de necessidade, não de reduzir o desemprego (Laval, 2020, p. 121).

De acordo com Laval, “as análises foucaultianas da governamentalidade, na sequência de suas análises da disciplina e da biopolítica, têm por núcleo a relação *entre o sujeito e seu meio*.” (2020, p. 41). O sujeito que é produzido majoritariamente em uma sociedade neoliberal é o *homo oeconomicus* como aquele que aceita a sociedade concorrencial e tenta se adaptar da melhor maneira possível a um meio cada vez mais hostil e desigual. Ele não se revolta e nem tenta transformar a sua volta, mas maximiza de maneira calculista todas os recursos de que dispõe para uma aumentar os seus ganhos. Segundo Foucault, “o *Homo oeconomicus* é aquele que aceita a realidade” (2004, p. 273).

O sujeito tem liberdade de agir dentro de um jogo muito pouco amplo de opções, ou seja, o sujeito se produz dentro de um meio que lhe oferece algumas poucas possibilidades de existência. Sendo assim, “a análise do neoliberalismo mostra particularmente bem esse jogo da

¹⁶ Bourdieu chama atenção para como no neoliberalismo a “mão esquerda do Estado” vai perdendo o seu lugar enquanto provedoras de bens e serviços para o pensamento dominante da “mão direita, obcecada com a questão do equilíbrio financeiro” ignorando o que faz a mão esquerda e a tendo como a gastadora e muito dispendiosas para as “economias orçamentárias” (1998, p. 10).

liberdade individual e das condições e limites que lhe são oferecidos e impostos por um meio” (Laval, 2020, p. 42). Esta política mesológica, que implica no governo dos homens dentro de um determinado meio é uma nova arte de governar os homens.

De acordo com Christian Laval (2020, p. 227-228), “foi Canguilhem, por meio de sua história do conceito de meio”, que teria inspirado Bourdieu na criação conceitual do “campo”¹⁷ e da noção foucaultiana de que os sujeitos são efeitos do meio em que estão inseridos, como o louco e o psiquiatra no hospício e/ou o professor e o aluno na escola. É a partir da ideia de que a “ação à distância” produz sujeitos que podemos pensar a criação do *homo oeconomicus* em contextos neoliberais. Tanto para Foucault quanto para Bourdieu, o neoliberalismo representa “uma aceleração da construção política dos homens econômicos”, ou seja, o neoliberalismo funciona por meio de uma política mesológica que produz sujeitos e conduz condutas, uma nova forma de governamentalidade que se sustenta na ética utilitarista (Laval, 2020, p. 275).

A gestão da população nesta nova política social neoliberal tem como resultado a produção cada vez maior de uma massa de ociosa, que precisa encontrar alternativas para manter a sua existência. Neste contexto, o empresariamento de si torna-se mais uma das alternativas precarizadas possíveis. Para os grandes *players* educacionais é importante encontrar mão de obra sempre disponível, disposta a trabalhar recebendo cada vez menos e com menos direitos trabalhistas, pois é isto que irá possibilitar o sucesso de seus negócios. Esta lógica que faz aumentar cada vez mais o valor de mercado das empresas, o preço de suas ações e suas possibilidades de prover uma boa remuneração em dividendos para seus acionistas.

¹⁷ “O conceito de campo é um dos mais importantes da sociologia bourdieusiana. Ele designa um microcosmo social que historicamente se autonomizou e possui suas próprias leis de funcionamento, suas próprias questões de luta, seus princípios legítimos irredutíveis aos princípios de outros campos. Apresentando-se como um conjunto estruturado de posições diferenciadas e excludentes umas das outras, todo campo se caracteriza por sua lógica concorrencial pelo controle do capital específico que o caracteriza — econômico, escolar, científico, político etc. (cf. Bourdieu, 1980a, p. 113 ss. [2019, p. 119 ss.])” (Laval, 2020, p. 226).

Neste contexto, a sociedade é transformada em um grande mercado de trocas generalizada, em que as pessoas se tornam concorrentes, em um meio em que as vagas de emprego estão cada vez mais escassas e por isso o aquele que está empregado está cada vez mais disposto a trabalhar mais, ganhando menos e acumulando funções para não perder o emprego. O que a Wendy Brown (2018) destacaria como o cidadão que se compromete em fazer sacrifícios em nome do desenvolvimento econômico de uma empresa e/ou de seu país. Já que as outras opções que esse cidadão tem é o desempregado e/ou vir a aumentar as estatísticas dos desalentados e/ou se transformar numa pequena empresa, empresariando a si mesmo, ou seja, vendendo suas habilidades no mercado concorrencial que se tornou a sociedade. O cidadão precarizado funciona na mesma lógica do Mercado da Valores Mobiliários, ou seja, ele aceita ganhar menos, como uma ação que está em baixa (valendo menos), mas na expectativa de que no futuro ele venha a conseguir ganhar mais, como uma ação que se valoriza com o tempo (Brown, 2018). É uma aposta no sacrifício presente em vista de uma esperança de futuro melhor. Esse é o modo de subjetivação que faz funcionar o *homo oeconomicus*.

A precarização do trabalho docente, a heteromação e diminuição de postos de trabalhos formais com direitos trabalhistas garantidos é o que garante o lucro dos grandes grupos empresariais e seus acionistas. E a biopolítica neoliberal de governo da população propicia as bases para uma gestão das vidas de acordo com os interesses do Mercado financeiro, aumentando cada vez mais as desigualdades sociais, principalmente, para os grupos que historicamente já eram menos desfavorecidos no mercado de trabalho.

Considerações finais

Se por um lado as políticas educacionais querem ampliar cada vez mais o número de alunos entre 18 a 25 anos no ensino superior, a fim de alcançar a média da OCDE, por outro lado a expansão universitária

escolhida tem sido por meio das instituições privadas de ensino na modalidade EAD plataformizado, cujo fenômeno tem provocado o esvaziamento de postos de empregos formais para docente, além do surgimento da heteromação do trabalho devido ao impacto do uso de novas tecnologias, surgindo novos tipos de trabalhos com menores remunerações e mais instáveis (Casilli, 2019). A expansão universitária que está em curso no Brasil tem excluído e/ou precarizado o trabalhador docente enquanto agente participativo da educação, na medida em que o modelo educacional proposto é “sem salas de aulas e sem professores”, conforme afirmou Richard Vasconcelos, o ex-herdeiro da Universidade Estácio de Sá.

Mesmo que o EAD tenha alcançado lugares e alunos que antes não conseguiriam se graduar no ensino superior, precisamos colocar um alerta para a qualidade do ensino ofertado, pois de acordo com o Ranking Universitário da Folha de São Paulo (RUF), entre 2015 e 2017, do total de 897 instituições de Ensino Superior que ofertaram graduações na área de Direito, somente 51 faculdades tiveram mais de 50% de aprovação na prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ou seja, somente uma pequena minoria de instituições aprovou mais da metade de seus alunos no exame, o que pode ser considerado uma boa métrica para medir a qualidade do ensino ofertado. Segundo Brito, a “indústria da formação acadêmica” tem aumentado cada vez mais sua oferta de cursos e alunos. Todavia isto não tem se desdobrado no aumento da qualidade do ensino (Brito, 2009, p. 82).

A hipótese de trabalho defendida neste artigo é que a escolha política de realizar a expansão do ensino superior por meio da financeirização da educação é muito mais vantajosa para os grandes grupos educacionais privados, que aumentaram os seus lucros e de seus acionistas do que para alunos e professores destas mesmas instituições.¹⁸ É importante destacar que o problema não é a tecnologia nem o EAD, mas como ele tem sido usado no Brasil. O que nos interessa é reivindicar a participação de outros setores sociais para a elaboração dos projetos educacionais no Brasil,

¹⁸ Christian Laval salienta que “quando o capital econômico se torna, assim, princípio de legitimidade da ação política, pode-se falar de dominação simbólica e real da economia no campo político” (Laval, 2020, pp. 231-232).

para que se possa criar um espaço mais inclusivo e democrático. Caso contrário continuaremos restritos ao modelo educacional que somente representa os interesses dos empresários da educação, que vão ditando todas as regras do jogo.

O Estado fez investimentos arriscados financiando a educação superior nos setores privados, mas não recebeu a contrapartida em benefícios sociais, como uma maior geração de emprego, impostos e a melhoria na qualidade de ensino ofertado. Mazzucato defende a tese da implementação de “empréstimos reembolsáveis” “se e quando a empresa tiver lucros acima de determinado limite, deve devolver uma parte do empréstimo/subvenção” (2014, p. 253). Para a autora, “o grande desafio é criar instituições para regular a relação risco-benefício de forma que ela mantenha um crescimento econômico estável e equitativo” (Mazzucato, 2014, p. 248).¹⁹ É preciso que o Estado cobre a conta das empresas que tiveram lucro por meio de seus investimentos. De acordo com Mazzucato:

Se o Estado é tão importante para financiar investimentos de alto risco em inovação, depreende-se que deveria ter um retorno direto pelos investimentos arriscados. Esse retorno pode ser usado para a próxima rodada de inovações, mas também para ajudar a cobrir as perdas inevitáveis em investimentos tão arriscados (Mazzucato, 2014, p.250).

Segundo Mazzucato, “assumir riscos tem sido cada vez mais resultado do esforço coletivo – com o Estado desempenhando um papel de liderança no sistema de ‘inovação aberta’ –, enquanto os frutos têm sido distribuídos menos coletivamente” (2014, p. 243). Até agora, a adoção de uma política educacional que visa a sua expansão por meio do ensino superior privado utilizando dinheiro público tem acontecido no Brasil sem que os frutos desse investimento sejam socializados entre as pessoas, seja

¹⁹ “Além de empréstimos reembolsáveis, existe a possibilidade de o Estado reter os ganhos nas empresas que apoia. Na verdade, isso ocorre em muitos países como na Finlândia, onde a SITRA, uma de suas agências de financiamento público, reteve os ganhos de investimento nos estágios iniciais da Nokia” (Mazzucato, 2014, p. 254).

com geração de empregos e/ou com qualidade de ensino. É preciso que haja maior regulamentação de como serão ofertadas as disciplinas, com o estabelecimento da redução da quantidade de aluno por professor, além de novas legislação trabalhista que consiga dar conta dos novos tipos de empregos gerados, a partir da heteromação do trabalho docente, a fim de assegurar que os profissionais que elaboram apostilas e videoaulas possam receber uma remuneração condicente com o trabalho produzido.

É urgente aumentar os ecos de vozes que chamam atenção para como o governo da população no neoliberalismo tem causado o sofrimento psíquico e precarização das vidas da grande maioria da população, potencializando as desigualdades sociais, principalmente, entre grupos já historicamente desfavorecidos no mercado de trabalho. Sobre esta questão, Foucault destaca que se deve governar com a economia, “deve-se governar ao lado dos economistas, deve-se governar ouvindo os economistas, mas não se pode permitir, está fora de cogitação, não é possível que a economia seja a própria racionalidade governamental” (Foucault, 2004, p. 389).

No texto *Qu’est-ce que la critique?* (1978), Foucault associa a noção de crítica a uma atitude na qual o sujeito se dá o direito de recusar não mais ser constituído desta ou daquela forma e/ou ser governado desta ou daquela maneira.

Eu quero dizer que, nessa grande inquietude em torno da maneira de governar e na pesquisa sobre as maneiras de governar, localiza-se uma questão perpétua que seria: ‘como não ser governado assim, por isso, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não dessa forma, não para isso, não por eles’; e se se dá a esse movimento da governamentalização, da sociedade e dos indivíduos ao mesmo tempo, a inserção histórica e a amplitude que creio ter sido a sua, parece que se poderia colocar deste lado o que se chamaria atitude crítica (Foucault, 2015, p. 37).

A atitude crítica é uma insurreição contra os poderes dominantes. A potência do não, implica na luta para não ser governado demais, não por esses meios e para determinados fins (Lorenzini; Davidson, 2015, p. 18).

Contudo, Foucault não está a postulando a ideia de que sejamos “totalmente ingovernáveis”, mas trata-se de uma resistência específica que diz *não* a uma determinada forma de governo (Butler, 2013, p. 168). Para Butler, a noção de atitude crítica se associa à virtude como uma arte de existir que se propõe a “desafiar a ordem estabelecida”, como uma existência crítica que aponta para um futuro desconhecido (Butler, 2013, p. 164).

Portanto, o que não se pode permitir – e para isso há muitas razões para se revoltar – é que política educacional adotada no Brasil seja somente elaborada pelos grandes grupos educacionais privados para a obtenção de lucros e dividendos, enquanto alunos recebem um ensino de má qualidade, professores tem seus empregos precarizados e/ou são excluídos do processo educativo e os investimentos públicos não são socializados para a melhoria das condições de vida da população.

Referências

“Elizabeth Guedes, Vice-presidente da ANUP, fala sobre o futuro do EAD nas graduações em Saúde”. *ANUP*. 05/02/2018. In: <https://anup.org.br/noticias/elizabeth-guedes-vice-presidente-da-anup-fala-sobre-o-futuro-do-ead-nas-graduacoes-em-saude/>.

“Ministro da Educação defende menor regulamentação no ensino superior privado: 'MEC se transformou em cartório’”. *Jornal O Globo*, 27/05/2021. In: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/05/27/ministro-da-educacao-defende-desburocrizacao-no-ensino-superior-privado-mec-se-transformou-em-cartorio.shtml>.

“Yduqs, dona da Estácio, compra grupo dono do Ibmecc por R\$ 1,9 bi”. *Revista Exame*, 21/10/2019. Disponível em: <https://exame.com/negocios/yduqs-dona-da-estacio-compra-grupo-dono-do-ibmecc-por-r-19-bi/>. Acesso em: 03 mai. 2022.

ALGETEC. Laboratórios virtuais In: <https://www.algetec.com.br/br/laboratoriosvirtuais>. Acesso em: 05 jun. 2022.

ALVAREZ Luciana, RIGHETTI Sabine; GAMBÁ, Estêvão. Minoria dos cursos de direito consegue formar a maioria dos seus estudantes. *Folha de São Paulo*. In: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/minoria-dos-cursos-de-direito-consegue-formar-a-maioria-dos-seus-estudantes.shtml>. Acesso em: 07 set. 2021.

“Sem salas de aulas, sem professores”: a governamentalidade neoliberal e a precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro (2010- 2020)

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos*. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BRASIL. Censo da Educação Superior 2019. Diretoria de Estatísticas Educacionais. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Ministério da Educação, Brasília, DF: Inep, 2020.

BRASIL. Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)*. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. Portaria n. 2.117, de 6 de dezembro de 2019. *Ministério da Educação*. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-2117-2019-12-06.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022.

BRASIL. Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. *Ministério da Educação*. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Superior. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf.%20Consultada%20em%2015/05/2022. Acesso em: 15 mai. 2022.

BRITO, Renato de Oliveira. O Ensino Jurídico no Brasil: análise sobre a massificação e o acesso aos cursos de direito. *VIDYA*, Santa Maria, v. 28, n. 2, p. 73-87, 2008.

BROWN, Wendy. *Cidadania sacrificial, neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Trad. Juliane Bianchi Leão. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

BUTLER, Judith. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. Trad. Gustavo Hessmann Dalaqua. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 22, p. 160-179, 2013.

CASILLI, Antonio. *En attendant les robots: enquête sur le travail du clic*. Paris: Seuil, 2019.

CASTRO, Mariangela. “Sem sala de aula, sem professores: como o ex-herdeiro da Universidade Estácio de Sá quer revolucionar a educação corporativa”. *Revista Forbes*. 29/07/2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/07/sem-sala-de-aula-sem-professores-como-o-ex-herdeiro-da-universidade-estacio-de-sa-quer-revolucionar-a-educacao-corporativa/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

COGNA. In: <http://www.cogna.com.br/#lp-pom-block-194>. Acesso em: 21 set. 2021.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Deleuze. Rachar as coisas, Rachar as Palavras. In: DELEUZE, Deleuze. *Conversações*: São Paulo: Ed. 34, 1992. p. 105-117.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO. CBESP Apresenta 10 propostas para o desenvolvimento do ensino superior brasileiro. *ABMES*. Disponível em: <https://abmes.org.br/NOTICIAS/DETALHE/4684/CBESP-APRESENTA-10-PROPOSTAS-PARA-O-DESENVOLVIMENTO-DO-ENSINO-SUPERIOR-BRASILEIRO>. Acesso em: 07 mai. 2022.

DREAMSHAPER. *Dreamshaper*. Disponível em: <https://dreamshaper.com/br/>. Acesso em: 15 mai. 2022.

EDUCATION AT A GLANCE. *A look into different educational systems around Europe*, 2019. Disponível em: <https://www.csee-etuice.org/en/news/education-policy/3215-education-at-a-glance-2019-a-look-into-different-educational-systems-around-europe>. Acesso em: 07 set. 2022.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Lisboa, Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. “Entrevista com Michel Foucault realizada por Farès Sassine em agosto de 1979”. In: *O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana*, tradução de Lorena Balbino. São Paulo: N-1, 2019.

FOUCAULT, Michel. Les rapports de pouvoir passent à l'intérieur des corps. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994. p. 228-236.

FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Cours au Collège de France (1978-1979). Paris. Gallimard, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Qu'est-ce que la critique? Suivi de La culture de soi* (1978). Foucault inédit, Philosophie du présent, VRIN, France, 2015

FOUCAULT, Michel. Qui êtes-vous, professeur Foucault? In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994. p. 601-620.

FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population*: Cours au Collège de France, 1977-1978. Paris: Gallimard/Seuil, 2004a.

GEWIN, Virginia. Has the ‘great resignation’ hit academia?. *Nature*, 2 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-022-01512-6>. Acesso em :16 jun. 2022.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

“Sem salas de aulas, sem professores”: a governamentalidade neoliberal e a precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro (2010- 2020)

LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. São Paulo: Editora elefante, 2020.

LE MOS, André. Dataficação da vida. *Civitas*, v. 21, n. 2, p. 193-202, 2021. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39638>.

LORENZINI, Daniele; DAVIDSON, Arnold L. Introduction. In: FOUCAULT, Michel. *Qu'est-ce que la critique? Suivi de La culture de soi*. France: VRIN, 2015.

MACHADO, Antônio Alberto. *Ensino Jurídico e mudança social*. Franca: Unesp, 2005.

MAZZUCATO, Mariana. *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs setor privado*. São Paulo: Portfolio-Peguin, 2014.

SINPRORIO. *Sindicato de Professores do Município do Rio de Janeiro e Região: Piso salarial do Ensino Superior*. Disponível em: <https://site.sinpro-rio.org.br/piso-salarial-2020-educacao-superior-apos-termo-aditivo-assinado-em-26-06-2020/>. Disponível em: 15 mai. 2022.

TAVARES, Luis Antonio; MEIRA, Matheus Carvalho; AMARAL, Sergio Ferreira do. Inteligência Artificial na Educação: Survey. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 48.699-48.714, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-496>.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas. Social media platforms and education. In: BURGESS, Jean; MARWICK, Alice; POELL, Thomas (Eds.). *The sage handbook of social media*. London: Sage, 2018. p. 579-591. DOI: <https://doi.org/10.4135/9781473984066.n33>.

VASCONCELLOS, Marcos de. Maior empresa de educação do Brasil tem seu posto ameaçado. *Revista Terra*, 18 de setembro de 2020. Disponível em: <https://monitordomercado.com.br/noticias/14155-bradesco-e-banco-do-brasil-negam-participacao-de-funcionarios-em-atos-golpistas-em-brasilia/>. Acesso em: 21 set. 2021.

Data de registro: 17/02/2023

Data de aceite: 21/02/2024